

# Juizado Especial Federal

## Lei 10.259, de 12/07/2001

Manoel Lopes de Sousa\*

A Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, publicada no *DOU* de 13/07/2001, deusarte, exsurgiu no mundo jurídico, porém, com *vacatio legis* até 14/01/2002. Isto significa que, na última data, passou a vigorar o diploma legal ensejador dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal que, com o fito de proporcionar aos jurisdicionados em geral, melhor qualidade na resposta do Poder Judiciário àqueles que buscam defesa de direitos desatendidos pelo Poder Público. Anote-se que esta instituição no seu arcabouço legal, abre amplas expectativas com vista a solução de questões de pequena monta, até 60 (sessenta) salários-mínimos, tendo como alvo principal pessoas de poucos recursos, logo, tidas no linguajar comum, como carentes.

II. Historicamente, deve-se dizer, essa modalidade judicial teve sua origem no Rio Grande do Sul, em 1982, por iniciativa do Desembargador Antônio Guilherme Tanger Jardim — então Juiz de Direito da Comarca de Rio Grande — entrando em funcionamento pela primeira vez naquela Comarca com o nome de Juizados de Pequenas Causas. O sucesso da experiência gerou a instalação de outros Juizados em diversas comarcas daquele Estado e, também, em outros Estados Brasileiros, tornando-se, com aquela experiência, mais palpáveis os resultados, mormen-

te em decorrência da Lei 7.244, de 07 de novembro de 1984, que dispôs sobre a criação e funcionamento dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, como se vê do seu art. 1º, *verbis*:

Art. 1º - Os Juizados Especiais de Pequenas Causas, órgãos da Justiça ordinária, poderão ser criados nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, para processo e julgamento, por opção do autor, das causas de reduzido valor econômico.

III. Inegável sucesso concebeu-se na organicidade e funcionamento desse campo da Justiça, embora, em escala limitada ao âmbito estadual. O passo seguinte, mais alentado, se deu com o advento da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispôs sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, para cuja compreensão transcrevem-se seus artigos iniciais, *ipsis litteris*:

Art. 1º. - Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º. - O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

\* Procurador-Regional da União da 1ª Região, OAB/RJ 564-B e Professor Universitário. Advogado aposentado do Banco do Brasil como Assessor Jurídico da Consultoria Jurídica-Geral em Brasília/DF.

IV. Assinale-se que esta vertente da Justiça, nada obstante pela Lei 9.099/95, alcançasse todas as instâncias do Poder Público. Todavia, a teor do art. 8º, da Lei em comento, dispôs que não poderão ser partes, dentre outras, as pessoas jurídicas de direito público e as empresas públicas da União, veja-se de forma mais nítida a íntegra do artigo:

Art. 8º. - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º. - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos oscessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º. - O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

V. A Emenda Constitucional 22, de 18/03/99, publicada no *DOU* de 19/03/99, deu a seguinte redação ao art. 98 da Carta da República, que ensejou concretamente o advento do Juizado Especial Federal, como se vê com nitidez pela sua redação:

Art. 1º. - É acrescentado ao art. 98 da Constituição Federal o seguinte parágrafo único:

Art. 98. (...)

Parágrafo único. Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.

VI. Dentro desse contexto, adveio a Lei 10.259, de 12/07/2001, já em fase de implementação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. A Lei é de elaboração sucinta, porque contém apenas 27 artigos, no entanto, trata com precisão de matéria de ele-

*“ ... o diploma legal sob análise é criterioso nos seus dispositivos e tem como alvo a meritória aplicação da lei com vista ao indiscutível alcance social... ”*

vadíssima magnitude, como se verá na conceituação que se fará adiante. Até porque ela remete à aplicação da Lei 9.099/95, no que não conflitar com seu cerne, como se verá a seguir:

Art. 1º. - São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º. - Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

VII. Realce-se que o diploma legal sob análise é criterioso nos seus dispositivos e tem como alvo a meritória aplicação da lei com vista ao indiscutível alcance social, pois se destina, primordialmente, aos jurisdicionados desvalidos do exercício da plena cidadania. Sublinhe-se que a parte demandada será sempre o ente público, como rés, a União, suas autarquias e fundações e empresas públicas federais, enquanto que os autores podem ser as pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, assim defi-

nidas na Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996, nos moldes do art. 6º da Lei comentada.

VIII. A Lei em questão, sem exagero, será marcante na vida do Poder Judiciário, e porque não dizer do Brasil, pelas suas características, que têm como escopo primordial, os critérios nela instituídos, de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação, em prazo recorde. Nesse ponto está o mérito maior do instituto.

IX. Tal instituto é de notória e indescartável envergadura, nivelando as partes no que pertine a prazo, retirando do ente público qualquer prerrogativa, como a existente nas regras processuais ordinárias. Outro aspecto relevante que se destaca é a inexistência da figura do precatório nas causas submetidas a esse regramento, diferente do estipulado no art. 100 da Carta Política. Sublinhe-se, no particular, o art. 17 da Lei 10.259/2001, para a exata noção do que se afirma, *verbis*:

Art. 17. - Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º. - Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, *caput*).

§ 2º. - Desatendida a requisição judicial, o juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º. - São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no §1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º. - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no §1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista..

X. Feitas estas breves considerações, sobre a relevância do instituto em voga, devo demonstrar simpatia pela abertura desta via judicial, criada sob a égide de critérios capazes de abrir novos horizontes de modo a proporcionar uma fase nova, proporcionando a distribuição da Justiça, de forma mais eficaz, abrangente e célere no atendimento aos jurisdicionados. Como prova desta assertiva de minha visão positiva lanço, encerrando este trabalho, tópicos de manifestações produzidas quando do lançamento da 3ª edição da obra: *Juizado Especial Cível – A justiça da era moderna*, da lavra do Dr. Nildomar da Silveira Soares<sup>1</sup>, editora LTr – São Paulo, 1996, do seguinte conteúdo afirmativo, a meu ver:

É deveras gratificante congratular-me com você pela 2ª edição (revista, ampliada e anotada, já com base na nova Lei 9.099, de 26/9/95), sobre Juizado Especial Cível,

<sup>1</sup> Membro do Instituto dos Advogados do Brasil – IAB e Imortal da Academia Piauiense de Letras – APL, Advogado aposentado do Banco do Brasil S. A., como Chefe da Assessoria Jurídica no Estado do Piauí.

pontificado como – A Justiça da era moderna – indubitavelmente, quero que seus frutos sejam exuberantes e plenos, de modo que nossos sonhos sejam alcançados.

Agora, quanto ao conteúdo do livro em si, despidendo assinalar da magnitude da matéria, com raro brilho e maestria abordada por você. Destaque-se, também, que você, como autor, foi feliz na distribuição da alegria que o momento proporcionou, ressaltando-se, sobretudo, na minha ótica, a figura de nosso amigo comum, Dr. Raimundo da Silva Ribeiro. Creio que compreenderá o meu gesto não desmerecedor dos demais personagens abrilhantados.

Enfim, repito, comentários detalhados sobre a relevância do seu trabalho é dispensável, pois no conjunto está timbrado, de forma indelével, a imensurável acuidade

e sensibilidade do autor no afã de brindar pioneiramente ensinamentos jurídicos a todos, sem distinção, acerca do momentoso tema de raiz na faina do Direito, e da Justiça, de maneira mais ampla e adequada, porque mais célere, junto às camadas, na verdade, necessitadas e carentes.

XI. Louve-se, afinal, a emblemática concepção e implementação da Justiça da era moderna e de raiz, em nível federal, com vista a lastrear pretensões de pessoas de idade avançada e poucos recursos, porque, predominantemente, os clientes são, e serão sempre, da área da Previdência Oficial. Logo, por todos os títulos, este aspecto é digno de exaltação, dado ao alcance social que se reveste o novo rito judicial.

## Suspensão de Segurança

### *Uma análise à luz da doutrina e da jurisprudência*

*Luiz Vicente de Medeiros Queiroz Neto\**

Sumário: Introdução. Definição. Fundamento Legal. Natureza Jurídica. Legitimidade Ativa. Competência. Pressupostos. Contraditório. Eficácia. Recurso. Suspensão da Suspensão. Suspensão de Segurança e Controle Concentrado de Normas. Conclusão. Referências Bibliográficas.

### *Introdução*

O presente artigo tem por finalidade sistematizar aspectos relevantes do pedido de suspensão de segurança, notadamente, o comportamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com relação ao tema proposto.

Adianta-se que o instituto em tela não está completamente delineado no ordenamento jurídico pátrio. Aliás, sabiamente, Cândido Rangel Dinamarco (*Fundamentos do Processo Civil Moderno*. Vol. I. 4ª ed. SP: Malheiros Editores, 2001,

\* Analista Processual da Procuradoria-Geral da República e pós-graduado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT).